



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

**Sub-eixo:** Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

### **MULHERES NA POLÍCIA MILITAR:** desafios e resistências no cotidiano profissional

GIULIA SOUZA DE OLIVEIRA <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo deriva do trabalho de conclusão de curso que objetivou compreender e refletir sobre os limites e resistências vivenciados pelas mulheres da polícia militar cearense. A investigação que deu subsídio teve como referência dados secundários obtidos através de pesquisa bibliográfica; assim como fez uso de dados primários obtidos pela pesquisa de campo realizada por mim como bolsista iniciação científica(PIBIC/CNPq) na Pesquisa Casadinho, e posteriormente pelas entrevistas realizadas com mulheres policiais da PMCE. Os resultados apresentaram as dificuldades impostas às mulheres, na luta por reconhecimento numa profissão fortemente marcada pelo signo da masculinidade, numa rígida hierarquia disciplinar. Palavras-chave: Polícia Militar. Relações de Gênero. Divisão Sexual do Trabalho.

#### ABSTRACT

This article derives from the course conclusion work that aimed to understand and reflect on the limits and resistance experienced by the women of the military police from Ceará. The research that gave subsidy was referenced secondary data obtained through bibliographic research; as well as made use of primary data obtained by the field research conducted by me as a scientific initiation scholarship (PIBIC/CNPq) in the Casadinho Survey, and later by the interviews conducted with women police officers of the PMCE. The results presented the difficulties imposed on women in the struggle for recognition in a profession strongly marked by the sign of masculinity, in a rigid disciplinary hierarchy. Keywords: Military Police. Gender Relations. Sexual Division of Labor.

## 1.INTRODUÇÃO

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

A Polícia Militar do Ceará (PMCE) atualmente possui em seu efetivo total 21.030 policiais militares, sendo 813 mulheres e 20.217 homens, assim, a porcentagem do efetivo feminino na polícia militar cearense não ultrapassa 4%<sup>2</sup>. Isso nos chama atenção, tendo em vista que a média nacional é em torno de 10%, com o estado de Amapá, por exemplo, ultrapassando os 20%

A pesquisa Casadinho, que se realizou entre 2011 e 2016, teve como objeto de estudo as polícias militares dos Estados do Rio Grande Sul e do Ceará a partir de quatro eixos: condições e organização do trabalho policial; práticas policiais em relação às práticas juvenis em comunidades de periferia; formação e práticas de policiamento comunitário e; por último, a configuração dos papéis das mulheres policiais no exercício laboral, frente ao dos seus pares masculinos e ao público por elas atendido

O eixo das mulheres policiais foi o qual meu subprojeto, intitulado “Participação feminina na polícia militar no Ceará” estava incluso e nele fiz levantamento bibliográfico e documental com o objetivo de investigar como ocorreu e ocorre o ingresso e a participação feminina na polícia militar, em especial a PMCE, em 2016/2017.

A partir disso foi realizado em 2014 um questionário com 233 policiais militares do sexo feminino, em um universo de 459, no qual responderam questões relacionadas aos seus trabalhos, questões familiares e pessoais. Embora ainda não fosse bolsista, ter contato com os dados e resultados da pesquisa, me instigou a conhecer mais sobre a realidade dessas mulheres.

Em matéria de Serviço Social, o presente trabalho está de acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social (CFESS, 1993, p.23-24): “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração

---

<sup>2</sup>Esses dados são referentes a 2019, obtidos através de uma solicitação de informação no Portal Transparência, que é um canal do Governo Estadual do Ceará, no qual tem o objetivo de tornar público as despesas, receitas, contratos, servidores, entre outras informações do governo. Acesso se dá pelo site: <https://cearatransparente.ce.gov.br/>

de classe, etnia e gênero”.

Nesse contexto, o Serviço Social possui um projeto profissional que se constrói em defesa de um projeto de sociedade democrática, não excludente. Dessa maneira, buscamos investigar os limites e resistências vivenciados pelas mulheres policiais da PMCE num universo profissional majoritariamente masculina como se pode observar no percentual de 4% de mulheres que integram hoje o efetivo geral da Polícia Militar do Ceará.

No geral, a história brasileira é marcada pela não participação das mulheres nas forças armadas. Em 1822, temos a primeira mulher brasileira a ingressar nas forças armadas com o disfarce de masculino. Conhecida como soldado Medeiros Maria Quitéria de Jesus Medeiros mesmo após ser descoberta, conseguiu permissão para continuar, recebendo no ano seguinte um título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro<sup>3</sup>. Ao longo deste trabalho, exponho como se deu a trajetória já a partir do ingresso feminino nas instituições de segurança pública .

O lugar social da mulher é um assunto que me instiga bastante, seja no mercado de trabalho, na política ou até mesmo nas relações que ocorrem na esfera privada. O somatório dessas experiências aproximou-me da temática deste trabalho.

Por meio do levantamento bibliográfico e da leitura deste pude perceber que o trabalho da mulher na área da segurança pública ainda é pouco explorado como objeto de estudo acadêmico e, portanto, uma temática que merece mais atenção na literatura que tem discutido e subsidiado as políticas públicas de segurança. Há que se considerar a importância que este tema assume no contexto da sociedade brasileira frente aos seus elevados índices de criminalidade e violência letal.

### 1.1 Considerações metodológicas

No aspecto metodológico, a pesquisa primária, qualitativa e amostral que subsidia o trabalho em tela foi realizada por meio do contato com policiais militares, mais especificamente sete policiais militares femininas do Estado do Ceará, quatro

---

<sup>3</sup>BRASIL. **Maria Quitéria**. Governo do Brasil (Segurança e Justiça). 4. ed. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/seguranca-e-justica/2012/04/maria-quiteria>> Acesso em: 15 set. 2019.

praças e três oficiais<sup>4</sup>, escolhidas intencionalmente; uma vez que essas policiais aceitaram participar da pesquisa. A finalidade era compreender as diferenças e/ou semelhanças no cotidiano dessas profissionais, suas experiências como mulheres policiais militares num meio predominantemente masculino; considerando, ainda, a posição que estas ocupam na estrutura disciplinar e hierárquica de poder da Polícia Militar.

A revisão bibliográfica que orientou o objeto de pesquisa do trabalho em tela se configurou como um suporte ao estudo de forma contínua, que inclui a leitura e análise de artigos, livros, relatórios de pesquisa, material de jornais e revistas, documentos, matérias e notícias coletadas nas redes sociais sobre o tema. Como bolsista essa foi uma das minhas primeiras atividades realizadas e que proporcionou uma aproximação com a literatura acerca de um tema ainda pouco discutido, embora, tenhamos trabalhos de pesquisa sobre a inserção das mulheres nas polícias como os de Soares, Musumeci (2005), Brasil (2008), Esteves de Calazans (2003), Mota Brasil, Fachinetto (2016) e outros.

Dessa forma, como procedimento da coleta de dados, foram utilizadas entrevistas e análise documental. As entrevistas realizadas com as policiais foram semi-estruturadas, ou seja, um roteiro feito de uma combinação de perguntas abertas e fechadas que conduziram a entrevista. Para a realização da mesma foi utilizado, com permissão das interlocutoras, um gravador para registrar melhor os depoimentos.

## **2. A INSERÇÃO DA MULHER NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS NO BRASIL**

Durante muito tempo, foi designado às mulheres a responsabilidade doméstica, com atividades que envolviam o cuidado familiar e gestão da casa, restritas ao espaço privado. Diversas profissões eram exercidas somente por homens, porém com o passar dos anos, aos poucos, as mulheres foram

---

<sup>4</sup>Praça e Oficial são duas categorias do militarismo que representam a hierarquia. Os/as oficiais exercem atividades de comando e estratégia, enquanto os/as praças trabalham mais na execução. São designados oficiais as patentes mais altas, como: coronel, tenente coronel, major, capitão; e praças: sargentos, cabos e soldados.

conquistando espaços na vida pública.<sup>5</sup>

E no caso das instituições de segurança pública não foi diferente, a profissão de policial, por exemplo, por ser vista historicamente como uma atividade que exige força e virilidade, (características socialmente atribuídas ao sexo masculino) as mulheres só conseguiram inserção nas últimas décadas, em um contexto histórico específico. Como exemplo, as mulheres apenas conseguiram adentrar a instituição policial militar após quase dois séculos de sua criação.

No Brasil, o primeiro registro de inserção feminina em instituições de segurança pública se deu com a nomeação de Hilda Macedo como primeira comandante do Corpo de Policiamento Feminino de São Paulo em 1955, criando a partir disso o primeiro grupo de mulheres a exercer oficialmente a atividade policial. (MOREIRA, 2009). A autora Rosemeri Moreira (2009) em seus estudos sobre a participação de mulheres na construção da “polícia feminina” afirma que

[o]s estudos que refletem sobre gênero e Polícias e/ou Forças Armadas não abordam- alguns negam- a participação de mulheres como agentes na construção da trama discursiva que possibilitou a inclusão de mulheres num dos centros do poder - real ou imaginário - que constroem a masculinidade. Este processo é visto como sendo realizado pela instituição e sem a participação de grupos ou organizações civis. Nessas abordagens as mulheres ou o movimento feminista estão alheios a entrada das mulheres nas corporações policiais. (MOREIRA, 2009, p.4).

Rosemeri Moreira indica a participação feminina no ingresso da polícia, porém procura ressaltar que foi uma presença permeada pelo “maternalismo” - que caracteriza as atividades do cuidar - ou seja, havia uma visão de que as mulheres lidavam melhor no cuidado de crianças/adolescentes que cometeram infração e idosos abandonados, por exemplo. A autora destaca em seu trabalho que a criação do “Policiamento Feminino” no Brasil foi defendida com intuito de feminizar – suavizar - a função das corporações policiais.

Ainda, segundo a autora, o processo de criação da polícia feminina vai desde sugestões apontadas na década de 1930 pelas sufragistas, passando por debates de mulheres paulistas e cariocas da década de 1940 e levadas a mulheres intelectuais paulistas na década de 1950, culminando a criação do Policiamento Feminino (MOREIRA, 2010). Desse último, ela apresenta três nomes de mulheres

---

<sup>5</sup>No próximo capítulo as categorias Divisão sexual do trabalho e Gênero serão mais discutidos e aprofundados os conceitos.

intelectuais que trabalharam na inserção da ideia do feminino como essencial à Polícia: Maria de Lourdes Pedroso, Esther Figueiredo Ferraz e Hilda Macedo.<sup>6</sup>

## 2.1 Mulheres na instituição policial militar no Brasil

A admissão feminina na polícia militar se consolidou na década de 1980, em um contexto de redemocratização. Diversas autoras destacam que havia uma necessidade de remodelar a imagem da instituição militar no país.

Acredita-se que a entrada das mulheres, faz parte de práticas repressivas em duplicida ao se contrapor/sobrepôr e impor às mulheres policiais a contenção de si, com base num ideal de feminino, e principalmente pela utilização dessa imagem pelas corporações policiais na construção de uma auto-imagem humanitária no contexto ditatorial. (MOREIRA E WOLFF, 2009).

A palavra “humanização” representa uma quebra da distância entre polícia e comunidade. De acordo com Soares e Musumeci (2005) a mulher emprestaria uma imagem pública mais palatável ao conjunto dos policiais e, ao mesmo tempo, influencia internamente, no sentido de suavizar a ação, tornando-as menos truculentas.

As autoras supracitadas ainda destacam que a ausência de um debate interno sobre questões de gênero, tende a reforçar uma visão essencialista, das diferenças sexuais, resultando na ideia de que a mulher é por natureza, mais “humana” que o homem: (ideia de mais gentil, mais delicada, cuidadosa, afetiva e atenciosa).

Márcia Esteves de Calazans é uma estudiosa da temática de segurança pública e gênero e traz uma reflexão sobre a inserção feminina nas instituições policiais como destacado abaixo.

Beneficiando-se da lógica do capital, as mulheres chegaram às instituições policiais no momento de mutações, precarização, globalização e de feminização do mundo do trabalho e encontraram, no interior o aparelho policial militar, uma estrutura vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio

---

<sup>6</sup>Hilda Macedo foi nomeada a primeira comandante, após a criação do Corpo de Policiamento Feminino, também foi primeira mulher a conquistar o cargo de Coronel da Polícia Militar (MOREIRA, 2010, p. 4)

totalizante da mediação de relações. Esses modo e meio são determinados, envolvidos e sustentados institucionalmente pelos chamados círculos de convivência de oficiais e praças, passando a ter, no gênero dos trabalhadores, mais uma fonte de referência nas diversas lutas de poder. Assim, identificamos que o processo de inserção feminina nas polícias constitui um processo de características mundiais, guardadas as devidas proporções, o qual se caracteriza por um modo de inclusão-exclusão-dominação.” (ESTEVEZ DE CALAZANS, 2004, p. 145).

Na citação acima há uma reflexão sobre o processo de ingresso feminino nas polícias, no qual recebe a característica de inclusão, exclusão e dominação. Inclusão: pelo processo de feminização do mercado de trabalho e inserção em uma instituição até então com a configuração masculina em seu quadro; e exclusão e dominação, por ser uma estrutura vertical, hierarquizada, muito demarcada pela relações de poder assimétricas entre homens e mulheres.

É importante salientar, que após a Constituição de 1988, tinha-se uma expectativa de que a polícia desenvolveria um papel mais igualitário, instaurando-se nova fase da polícia moderna, de garantia da lei e da ordem pública, como reflete Almeida (2009).

O processo de democratização do nosso país colocou o Estado brasileiro em xeque e, dentro dele, a polícia sob forte questionamento, na medida em que se passou a se discutir o esgotamento das tradicionais estratégias de controle social meramente repressivas (ALMEIDA, 2009, p. 244)

É nesse contexto que ocorre a inserção feminina de fato na maior parte dos estados brasileiros, em uma época que se esperava mudanças e transformações nas práticas da instituição policial militar.

## 2.2 Mulheres na polícia militar do Ceará

No Ceará, o ingresso das mulheres na instituição militar foi no ano de 1994, quando a instituição foi estruturada pelo então comandante geral da PM, o Coronel Manoel Damasceno de Sousa, no Governo Estadual de Ciro Gomes<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>JUSBRASIL. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **20 anos da polícia feminina do Ceará são celebrados na Assembleia Legislativa**, 22 ago. 2014. notícias. Disponível em: <<https://al-ce.jusbrasil.com.br/noticias/135222738/20-anos-da-policia-feminina-do-ceara-sao-celebrados-na-assembleia-legislativa>> Acesso em: 15 out. 2018.

A inserção se deu através de um concurso público, foram oferecidas cem vagas para o cargo de soldado, vinte para sargento e dez para oficial (tenente). Ao concluírem o curso foi implantado a Companhia de Polícia Feminina, que era um quartel onde apenas mulheres trabalhavam, a única exceção era o comandante, na época Major Mendonça<sup>8</sup>.

Segundo Brasil (2008), em 1995, a PM realizou um concurso para o ingresso de mulheres na corporação com 53 vagas, porém as aprovadas nunca foram chamadas. A autora acrescenta que em 2003 em um concurso com cem vagas ofertadas, as mulheres foram impedidas de participar, embora houvesse uma liminar judicial<sup>9</sup>. Em 2007, em concurso realizado pela PM com 1.000 vagas para ingresso de soldados, sendo 5% destas para mulheres, configurando-se dessa forma assim por diante.

De acordo com dados da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. (SENASP) o estado do Ceará tem a segunda menor porcentagem de mulheres na polícia militar em relação ao total de efetivo na ativa (3,61%), ficando atrás somente do Rio Grande no Norte (2,7%). O estado com o maior percentual é Amapá passando dos 20% e consta na literatura que foi o primeiro estado a ter uma mulher coronel da polícia militar.

No dia 29 de março de 2019, uma mulher conseguiu o direito de concorrer com homens em um concurso para oficial da PMCE, o certame em questão disponibiliza 10% das vagas às mulheres, o juiz Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, titular da 10ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza, considerou que a divisão das vagas viola o princípio da isonomia e a Lei estadual nº 13.035/00, que reestruturou a carreira dos militares estaduais e unificou o quadro de oficiais.<sup>10</sup>

Em julho de 2019, após 25 anos da inserção das mulheres na na PMCE, a corporação promove a primeira mulher à coronel Cléa Pontes Medeiros Beltrão para fazer parte da Reserva Remunerada<sup>11</sup>

<sup>8</sup>Essas informações foram concedidas durante as entrevistas com as oficiais que ingressaram no ano de 1994.

<sup>9</sup>BRASIL, Glaucíria Mota. **A face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder.** Glaucíria Mota Brasil (Org.). Fortaleza: EdUECE, 2008.

<sup>10</sup>MULHER ganha o direito de concorrer com homens em concurso para oficial da PMCE. **OPOVO.** 28 mar. 2019. Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/03/28/mulher-ganha-o-direito-de-concorrer-com-homens-em-concurso-para-oficial-da-pmce.html>>. Acesso em 29 mar. 2019

<sup>11</sup>[Polícia Militar do Ceará tem primeira policial feminina promovida a coronel | Ceará | G1 \(globo.com\)](#). 16 jul.

#### **4 QUEM SÃO E COMO PENSAM AS POLICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ?**

Enfim, quem são e o que pensam as policiais militares do Ceará? Ao tentar responder essa pergunta, considerando o universo amostral das mulheres policiais militares no estado do Ceará, ousei dialogar, por meio de entrevistas, com algumas policiais militares que aceitaram o convite. Assim, busquei qualificar, por meio de depoimentos e narrativas dessas policiais militares, os dados secundários e a literatura com os quais me aproximei inicialmente do processo de inserção da mulher na polícia militar.

A partir desse contexto, foram realizadas entrevistas com mulheres policiais de 24 a 52 anos, distribuídas na hierarquia de poder da PMCE ou em diferentes patentes, com diferentes tempos de carreira, no período de dezembro de 2018 a abril de 2019. Reitero que os nomes expostos a seguir são fictícios, para preservar a identidade das policiais e resguardar o anonimato. E como dito antes, foi atribuído a cada policial entrevista um nome fictício como segue.

A policial Maria da Penha tem 49 anos, é casada, reside em Fortaleza, no bairro Serrinha. Está na PMCE, desde a primeira turma (1994) onde ingressou no concurso como sargento, atualmente é 2º tenente e trabalha no QCG-Quartel do Comando Geral. Ela informou que foi a primeira mulher da Cavalaria com seis anos de corporação.

A segunda entrevistada foi a soldado Rachel de Queiroz, 24 anos, solteira, reside em Fortaleza no bairro Granja Portugal. Está na PM há pouco mais de um ano, foi selecionada no último concurso ocorrido no estado. Inicialmente trabalhou no BPTUR por um mês, mas logo começou a integrar a UNISEG IV, do Ceará Pacífico<sup>12</sup> onde faz parte do GAVV - Grupo de Apoio às vítimas de violência, com policiamento proativo comunitário.

---

2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/16/policia-militar-do-ceara-tem-primeira-policia-feminina-promovida-a-coronel.ghtml>>. Acesso em 21 ago. 2022

<sup>12</sup>Pacto por um Ceará Pacífico constitui um conjunto de estratégias e ações desenvolvidas pelo governo do estado uma delas é a criação de UNI SEGs (Unidades integradas de Segurança).

A tenente-coronel Jovita Feitosa foi a terceira entrevistada, é casada, tem 52 anos, reside no bairro Passaré em Fortaleza. Formada em administração, pertence a corporação desde 1994 quando ingressou ao quadro de oficiais, no primeiro concurso. Atualmente trabalha no Colégio da Polícia Militar do Ceará General Edgard Facó.

A policial Wanda Sidou é cabo, está na corporação há dez anos, ingressou no Programa Ronda do Quarteirão<sup>13</sup>, atualmente trabalha na SSPDS. Possui ensino superior incompleto em ciências sociais, tem 30 anos e reside em Fortaleza, bairro José Walter.

A quinta entrevistada foi a policial Antonieta de Noronha, 29 anos, está na corporação há nove anos, reside em Fortaleza, bairro Parque Rio Branco. Também ingressou no Programa Ronda do Quarteirão, atualmente trabalha na CIOPS, com a patente de cabo, trabalha com funções administrativas e durante a entrevista expressou desejo de voltar ao “policciamento de rua”

A soldado Bárbara de Alencar foi a penúltima entrevistada. Solteira, tem 26 anos e está na corporação há três anos, reside com a mãe no bairro Maraponga-Fortaleza. Possui ensino superior completo e atualmente trabalha na CECOP/COAF (SSPDS).

A última entrevistada foi a capitã Maria Tomásia, que ingressou na PMCE em 1994, como sargento. Maria é casada, reside no bairro Conjunto Ceará. No momento atual, a policial trabalha em um setor da SSPDS, responsável pelo programa Pró-cidadania e a Segurança Orgânica e Logística (COSOL).

A pesquisa Casadinho<sup>14</sup> realizada no Labvida, no período 2011-2016, aplicou questionários com policiais do efetivo ativo, em março de 2014, na época com 459 policiais. Os questionários correspondem a 50,8%, 233 questionários concluídos.

Sobre a escolaridade, nos dados obtidos na pesquisa realizada no laboratório em 2014, das 233 policiais que responderam os questionários, apenas 30 possuíam apenas o ensino médio completo, 203 já haviam adentrado ao ensino superior, sendo 80 com ensino superior incompleto, 97 com ensino superior completo, 24

---

13Programa de policiamento comunitário instituído em 2007 no Ceará, sob governo Cid Gomes, sendo extinto dez anos depois.

14Projeto de Pesquisa Políticas de Segurança Pública, Trabalho Policial e Conflitualidades (Processo 552454/2011-7)(Chamada Pública MCT/CNPq/CAPES- Ação Transversal nº 06/2011- Casadinho/Procad) (12/2011 a 12/2016)

possuíam especialização e duas possuíam mestrado.

Já nas entrevistas realizadas, pode-se constatar que todas as policiais haviam ingressado no ensino superior, seja completo ou não, e uma que possui pós graduação. Isso aponta para uma ampla adesão das mulheres a uma educação superior.

Desse modo, também está em consonância com a Pesquisa “As mulheres nas instituições policiais”<sup>15</sup> publicada em 2015 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Núcleo de Estudos em Organização e Pessoas (NEOP), no estudo realizado com profissionais de segurança pública do Brasil, informou que apenas 8%<sup>16</sup> das mulheres pesquisadas possuem apenas o ensino médio, superior incompleto (14,7%), superior completo (35,0%), Pós-graduação lato sensu (especialização) incompleto ou completo (36,3%), Pós-graduação stricto sensu (mestrado) incompleto ou completo(4,5%) Doutorado incompleto ou completo (1,0%).

Em relação à área de trabalho, as nossas entrevistadas exercem atualmente em sua grande maioria em trabalhos administrativos, sendo uma soldado (Rachel de Queiroz) que trabalha operacionalmente, contudo todas às outras relataram que já exerceram atividades operacionais ao longo de suas trajetórias profissionais, com exceção da tenente coronel Jovita Feitosa .

#### 4.1 Desafios, resistências e reconhecimento no cotidiano profissional da pmce

No mundo do trabalho, a presença feminina é permeada de desafios, desde a diferença salarial<sup>17</sup>, situações de assédio moral/sexual que ocorrem com frequência,

---

<sup>15</sup>BUENO, Samira et. **As mulheres nas instituições policiais**. 2015. 110 p. /Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas(NEOP)/Fórum Brasileiro de Segurança Pública(FBSP). Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/as-mulheres-nas-instituicoes-policiais/>> Acesso em: 02 mai. 2019.

<sup>16</sup>Os dados tratados nessa pesquisa trata-se de instituições de segurança pública em geral e não somente da Polícia Militar.

<sup>17</sup>CAVALLINI, Marta. Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas, diz pesquisa. **G1**, 07 mar. 2018 - . Economia, p. 1. [mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/03/07/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml).

e até mesmo às jornadas duplas e triplas com maternidade, cuidado de casa e família.

Na instituição policial militar, após algumas décadas de inserção feminina, as mulheres ainda enfrentam diversos desafios em seus cotidianos profissionais, como a luta por reconhecimento profissional. Diferentemente de outras profissões, o salário não se distingue ao dos pares masculinos, porém até mesmo o ingresso na instituição por mulheres é dificultado, como no caso da PMCE que restringiu a participação feminina a 5% no último concurso, como relatado no primeiro capítulo.

Brasil e Fachinetto (2016) indicam que as relações de gênero se manifestam em múltiplas dimensões no contexto das instituições policiais, essas dimensões vão desde as condições de trabalho até dimensões simbólicas. De acordo com as autoras, as condições de trabalho se referem a infraestrutura, espaços físicos disponíveis como alojamento e banheiro feminino e equipamentos de proteção individual. As dimensões simbólicas “que tem a ver com discursos, códigos, hierarquias e estratégias por meio das quais é possível perceber como as instituições incorporam gênero nos seus pressupostos e na sua forma de se organizar (Ibidem, p. 145)”

O relato policial da entrevistada Rachel é revelador como se pode constar a seguir.

Eu 'brinco' muito até com a farda, digo muito que ela é bem complicada, até pra ir no banheiro é realmente um pouco mais masculina, não tem como negar, pra ir no banheiro, tirar tudo é complicado. E, a gente percebe também alguns policiais que falam assim: 'Ah, a PFem tá na viatura', como se tivessem só dois, a gente fosse diferente. Tem uns que não gostam muito, a gente sabe disso, eles não falam diretamente, mas a gente percebe, como se por ele, teriam três homens na viatura. 'Aqui são dois homens e tem ali uma PFem' é como se a gente não fosse ser (no trabalho) a mesma coisa de um homem, como se ele tivesse mais coragem, e não, a gente tenta desmistificar isso, entendeu? E a gente tem muitas mulheres que estão em várias áreas que estão no Choque, nos policiamentos especializados. (Rachel, 24 anos, soldado)

Com a exposição da soldado podemos perceber a relação com a concepção apresentada pelas autoras em epígrafe. A policial mencionou o fardamento que possui um molde mais masculino dificultando o acesso ao banheiro. Além disso, Rachel descreve uma situação em que os policiais apresentam um discurso hierarquizado em relação ao seu trabalho como uma “PFem”.

Outro exemplo que estaria associado a essa dimensão simbólica seria o assédio moral/sexual sofrido pelas policiais em seus ambientes de trabalho. Assédio moral é definido pelo Conselho Nacional do Ministério Público<sup>18</sup> como “exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, de forma repetitiva e prolongada no tempo, no exercício de suas funções”. Assédio sexual é tipificado como crime no Código Penal<sup>19</sup>.

**CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940**

**Art. 216-A.** Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função." (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

**Parágrafo único.** (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

**§ 2º** A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

De acordo com o banco de dados da pesquisa Casadinho, 17,2% das policiais que responderam o questionário já sofreram assédio moral. E, quando questionadas se sentiu discriminada por seu corte de cabelo/roupa/maquiagem e/ou outros, ou se foi vítima de assédio sexual (tentativa constrangedora de obter favores sexuais) 20,44% confirmaram que já aconteceu uma vez e 17,78% admitiram que algumas vezes.

Já a pesquisa intitulada “As mulheres nas instituições policiais”<sup>20</sup> divulgou que 39,2% das mulheres trabalhadoras da segurança pública já sofreram algum tipo de assédio. Esse dado corrobora com elementos expressos nas entrevistas realizadas com as policiais cearenses, apenas uma afirmou não ter sido vítima de assédio ou ter conhecimento de algum fato dessa natureza, sendo que quatro relataram ser

---

<sup>18</sup>CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Conselho Nacional do Ministério Público. **Assédio moral e sexual:** previna-se. Brasília: CNMP, 2016. 28p. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/arquivos/cartilha-assedio>> Acesso em: 25 jul. 2022.

<sup>19</sup>BRASIL. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 nº 216, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**, Brasília, DF, 07 dez. 1940. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28003933/artigo-216a-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>> Acesso em: 23 jul. 2022.

<sup>20</sup>BUENO, Samira et. **As mulheres nas instituições policiais**. 2015. 110 p. /Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas(NEOP)/Fórum Brasileiro de Segurança Pública(FBSP). Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/as-mulheres-nas-instituicoes-policiais/>> Acesso em: 02 mai. 2019.

vítimas. Como podemos observar no depoimento da soldado Bárbara a seguir.

Sofri, presenciei, isso é rotineiro. Você escuta todo tipo de comentário, dos mais disfarçados aos mais abertos. Chega ao ponto de você ter conselhos de usar aliança, porque é a forma que você consegue limite, o que é ridículo. (..), já escutei 'vou levar você pro meu setor, você é muito bonita, vou levar você pra trabalhar comigo', como se você fosse um objeto de decoração. (Bárbara, 26 anos, soldado)

A fala da cabo Antonieta ratifica o fato de assédios serem rotineiros, acrescenta sobre a dificuldade da denúncia em casos onde o assediador possui patente mais elevada:

Eu mesma já fui vítima várias vezes, hoje aqui na unidade não sofri, mas quando eu entrei era bem frequente. O pior não é nem o assédio em si, quando você dispensa e é contra isso, e mesmo assim aquela pessoa segue espalhando coisas inverdades... E, quando você não tem como provar? que foi o meu caso: eu cheguei pro meu comandante falei o que tava acontecendo, mas eu não tinha prova nenhuma, era a palavra do assediador contra a minha e como ele já estava há muitos anos na instituição, ficou por isso. Fora outras coisas, é complicado, ser mulher na polícia é complicado. (Antonieta, 29 anos, cabo)

As entrevistadas relatam que o preconceito foi mudando ao longo dos anos. E, afirmam que a postura das mulheres mudou diante das situações sofridas, ao longo dos anos puderam se posicionar, seja por evolução de patente (o que facilita a credibilidade da denúncia), ou pelo aumento, mesmo que pouco, do número de mulheres.

Até bem pouco teve uma amiga que sofreu assédio (moral) o tempo todo, de tanto sofrer isso ela teve que sair da unidade que ela trabalhava, por isso aí, sempre bateu de frente, sofreu sempre, então ela saiu da unidade em que ela trabalhava e foi para outra unidade. Porque o militarismo tem o superior e o subordinado, então por isso que eu digo que hoje é muito mais fácil a gente poder constatar e poder até reclamar essas coisas, anteriormente era muito mais complexo, porque além de ter o militarismo no regulamento da gente, era uma coisa que ficava sua palavra contra a do seu superior. Hoje ela já é mais aberta ela já conhece os direitos dela que ela tem, aí passa a reivindicar, hoje tem menos temor do que quando a gente foi formada, até porque é a formação hoje é bem mais ampla, a formação hoje é bem mais liberal do que quando nós fomos formados, o rigor era muito maior, se vc contradissessem algum tipo de norma daquele regulamento então logicamente você era punida rapidamente, hoje não, hoje tem que ter a constatação e uma série de requisitos para serem avaliados para você ser punido. (Maria da Penha, 49 anos, Tenente)

Ainda segundo Brasil e Fachinetti (2016, p.152), nos resultados de suas pesquisas, constataram nos discursos de suas entrevistadas, "a ideia de que a mulher tem que provar que é capaz e apta para estar ali, enquanto que essa suspeição não se

coloca para os homens”. Algo que foi relatado na entrevista de Antonieta ao relatar:

[a]lém de ter toda essa pressão tem o preconceito de achar que a gente não é capaz, que a gente não pode. A nossa instituição é altamente machista, às vezes às próprias mulheres são machistas com às outras. Todo dia gente tem que tá mostrando que a gente é capaz, todo dia agente tem que tá mostrando que a gente pode, que a gente consegue (Antonieta, 29 anos, cabo)

## 5 CONCLUSÃO

A polícia militar cearense possui 184 anos de história, dentre eles há apenas 28 anos há a incorporação da presença feminina, sendo um dos últimos estados brasileiros a implementar a inserção das mulheres em suas fileiras por meio do concurso público. Nesse pouco tempo de ingresso, as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam muitos desafios em suas trajetórias cotidianas de ser policial militar.

A entrada de mulheres na polícias militares no Brasil ocorreu após o período autoritário de 20 anos, numa época em que a imagem das polícias estavam em baixa na sociedade; por meio da literatura pode-se constatar que a ideia era dar uma repaginada na imagem da Polícia Militar, com o objetivo de dar-lhe um caráter mais “humanizado” e a presença das mulheres na corporação teria a função de melhorar o imaginário social.

É fundamental refletir sobre a realidade dessas mulheres e, além disso, é imprescindível também até mesmo para compreender e repensar a configuração da segurança pública do estado e também reconsiderar a forma de fazer polícia.

As falas das policiais remetem às suas trajetórias profissionais e, foi interessante perceber que as policiais com mais tempo de corporação se referem bastante ao seu ingresso na instituição, o que foi rico, pois trouxeram elementos sobre as atividades desenvolvidas por elas inicialmente e mencionaram um pouco de como essas trajetórias profissionais e pessoais que possibilitaram o ingresso e como ocorreu e ocorre a participação na polícia militar do Ceará.

As entrevistas foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, caracterizando-se como uma forma de aproximação mais direta com o objeto de estudo. Dessa maneira, dialogando com as entrevistas, os dados de pesquisas

nacionais são imensamente importantes para as análises, incluindo a pesquisa Casadinho..

Um assunto que teve destaque é o da opinião das policiais sobre a desmilitarização da polícia que houveram respostas distintas e não hegemônicas, em algumas entrevistas, as interlocutoras não pareciam querer falar muito sobre o tema.

Na pesquisa, o dado que se apresentou e chamou mais atenção foi em relação ao assédio sofrido pelas policiais, com exceção de uma policial entrevistada, todas possuíam algum conhecimento sobre assédio ocorrido, quando não haviam acontecido com elas mesmas. Interessante até pensar um possível aprofundamento desse tema, visto que é uma questão que possui sua relevância por conta de sua incidência, considerando também os resultados da pesquisa desenvolvida pelo NEOP e FBSP, e resultados da pesquisa Casadinho. Todas mostram dados e depoimentos que denunciam a prática do assédio tanto moral como sexual na corporação das polícias militares.

Outro ponto que também merece destaque é em relação à saúde das policiais, tendo em vista que em um ambiente profissional com diversos desafios - inclusive o mencionado no parágrafo acima - podem gerar diversas consequências na saúde física e psicossocial das mulheres da instituição.

Por outro lado, observa-se que a atividade policial desenvolvida pelas mulheres da PMCE, ainda, carece de reconhecimento institucional ao se compreender que o espaço ocupado na corporação pelas mulheres são espaços tutelados pelo poder hierárquico masculino das chefias que muitas vezes são os próprios autores das práticas nefastas do assédio moral e sexual contra essas policiais. Aqui, a luta por reconhecimento está apenas começando e nos desafia a pensar mais a frente!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jéssica Oliveira de. A Polícia no Estado Democrático de Direito. In: PIRES, Lenin; EILBAUM, Lúcia. **Políticas de Segurança Pública e práticas**

**policiais no Brasil**. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2009. 557 p.

BRASIL, Glaucíria Mota. **A face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Glaucíria Mota Brasil (Org.). Fortaleza: EdUECE, 2008.

BRASIL, Glaucíria Mota; FACHINETTO, Rochele Fellini. As polícias não têm rosto de mulher: invisibilidade e a luta por reconhecimento. **O público e o privado**. Fortaleza. v. 28, p.143-161, jul.dez./2016.

BUENO, Samira et. **As mulheres nas instituições policiais**. 2015. 110 p. /Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas(NEOP)/Fórum Brasileiro de Segurança Pública(FBSP).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código De Ética Profissional Do Assistente Social**. Brasília:CFESS,1993

ESTEVES DE CALAZANS, Márcia. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação e Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_, Márcia. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo Em Perspectiva**, 2004. 142-150 p. v. 1.

\_\_\_\_\_, Márcia Esteves de. Polícia e Gênero no Contexto das Reformas Policiais. **La Salle - Revista Educação, Ciência e Cultura**. v. 10, n. 2, p. 1-17, 2005.

MOREIRA, Rosemeri. **A participação de mulheres na construção da "Polícia Feminina" no Brasil [1940-1950]** [en línea]. I Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género, 29 y 30 de Octubre de 2009, La Plata, Argentina. En Memoria Académica

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musumeci. Polícia e Gênero: Participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. **Revista Gênero**. v.

5, n. 1, p. 183-207, 2004.